

# VOZ SINDICAL

---

Informações e análises da Coordenação de Base do Sinasefe-SP/IFSP São José dos Campos  
Lenice M Figueiredo e Ricardo R A Lima

SINASEFE-SP (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica -  
Seção Sindical São Paulo)

E-mail [sinasefesp@sinasefesp.org.br](mailto:sinasefesp@sinasefesp.org.br)

Telefone: (11) 3228-7208

Celular: (11) 98377-0377



# ÍNDICE



★ APRESENTAÇÃO	4
★ SÉRIE ENTREVISTAS	5
★ DESAFIOS À LUTA DOS TAES NO IFSP: OS CAMINHOS CONTRA A PRECARIZAÇÃO A PARTIR DO ENFRENTAMENTO POLÍTICO AO ULTRALIBERALISMO EDUCACIONAL.	7
★ FORMAÇÃO SINDICAL	9
★ MEMÓRIA SINDICAL	16

# APRESENTAÇÃO

---

Caríssimos trabalhadores e trabalhadoras da educação,

No início do segundo semestre de 2024, a pauta de luta é extensa, seja no âmbito nacional, estadual ou local. No plano nacional, estamos em plena campanha salarial de 2024. No último dia 10 de agosto, houve mais uma reunião de nossos representantes sindicais com o Governo Federal na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Nela foram debatidas quatro questões de interesse geral da nossa categoria: recomposição salarial, equiparação de benefícios entre diferentes segmentos do serviço público, administração das aposentadorias e abertura das Mesas Específicas/Temporárias (debate sobre as carreiras). O desafio imediato diz respeito à luta do nosso movimento sindical pela recomposição das perdas salariais acumuladas desde o ano de 2010. No final deste mês o Governo Federal apresentará seu Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e nossa reivindicação é pela incorporação da recomposição no Orçamento de 2024.

No plano estadual, um tema central diz respeito às formas de controle e gestão do trabalho. Ponto eletrônico, Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e avaliação do trabalho constituem a pauta imediata do trabalho no IFSP. No dia 10 de março, o Sinasefe-SP, por meio de assembleia, criou um grupo de trabalho (GT) formado por docentes e técnicos-administrativos para discutir e pensar ações relacionadas ao PGD.

Com relação ao Sinasefe-SP em especial, estamos em época eleitoral e temos duas chapas inscritas. A novidade agora é que a composição da futura Coordenação Funcional será proporcional aos votos obtidos por cada uma das duas chapas. Acompanhem em <https://eleicao.sinasefesp.org.br/>

Em cada um desses desafios e temas o que conta, afinal, não é meramente a capacidade de negociação de nossos representantes, mas a capacidade de mobilização de nossa classe. Neste número, trazemos uma série de artigos com reflexões e análise que nos auxiliam nessa tarefa.

Participe conosco desta luta! Filie-se!  
(<https://sinasefesp.org.br/filie-se/>)

# SÉRIE ENTREVISTAS

---



Com o objetivo de conhecermos melhor o funcionamento de cada setor de trabalho em nosso Campus, *Voz Sindical* deu início a um levantamento sobre as características próprias a cada um deles. Para isso, nada melhor do que darmos voz aos próprios trabalhadores de cada. Abrimos a série de entrevistas com os servidores Gustavo Ferreira Canevari e Luiz Felipe Stein Oliveira. Eles atuam na Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio (CAP) e têm atuação decisiva para garantir o fluxo de material necessário à manutenção de nossa infraestrutura de trabalho. Já estão no Campus há uma década e têm algo a nos dizer. Confirmam!

*Voz Sindical.* Em encontro com servidores da CAP no ano passado, o pró-Reitor de Administração disse que a área é uma das que mais demandam a presença dos servidores no Câmpus. Portanto, gostaríamos de saber um pouco mais sobre o que fazem no seu dia-a-dia os servidores que trabalham na CAP. Por qual razão essa demanda presencial no Câmpus?

*Gustavo e Luiz Felipe.* A afirmação do reitor se apoia no fato da CAP abranger 4 áreas de atuação que demandam atividades preferencialmente presenciais, são elas: Frota, Almoxarifado, Patrimônio e Manutenção. Como atividades que demandam a presença da CAP no campus, cita-se o recebimento de materiais e suas respectivas NFes [notas fiscais]; a disponibilização dos bens recebidos aos setores demandantes e, caso sejam bens patrimoniais, a geração e afixação de plaquetas, bem como a devida atribuição de carga patrimonial ao setor de destino; a guarda, conservação e disponibilização de bens públicos, sejam consumíveis ou patrimoniais, entre estes últimos, os veículos oficiais, pelos quais sua guarda, conservação e manutenção é de responsabilidade da CAP; o recebimento e controle de demandas de manutenção predial no campus, bem como a coordenação (via fiscalização de contrato) de equipe terceirizada com esta competência; a gestão de estoque do almoxarifado, fornecendo materiais consumíveis; a atualização do controle e movimentação de bens patrimoniais no campus entre outras atividades que exigem a presença de servidores na CAP para o pleno atendimento da comunidade escolar.

*Voz Sindical.* Ao que nos parece, há uma variedade de funções a desempenhar na CAP. Na visão de vocês, qual o perfil do servidor da CAP na prática? Tem que entender de tudo?

*Gustavo e Luiz Felipe.* O perfil do servidor da CAP deve ser tanto voltado para a realização de atividades operacionais, devendo ser proativos para a resolução de problemas imediatos de forma ágil e eficiente, bem como para a realização de atividades gerenciais, prezando pela organização, controle e planejamento de prazos, demandas de materiais, rotinas de manutenção e planilhas de acompanhamento.

*Voz Sindical.* Para entendermos melhor ainda a área: o que aconteceria no Câmpus se não tivéssemos a CAP?

*Gustavo e Luiz Felipe.* Basicamente, **insumos essenciais não seriam disponibilizados** aos setores administrativos e educacionais, **não haveria preocupação com a conservação e utilização do patrimônio público**, bem como da infra-estrutura mínima para que uma instituição de ensino desempenhe suas funções de modo presencial com qualidade e eficiência.

*Voz Sindical.* Quais têm sido as principais dificuldades que enfrentam para o desempenho adequado de seu trabalho?

*Gustavo e Luiz Felipe.* Quantidade escassa de servidores no setor. Acúmulo de demandas gerais com as quais outros setores ou servidores poderiam realizar (como deslocamento de materiais e mobiliários no campus, certas fiscalizações de contrato e outros "quebra-galhos" que recaem às CAP de todos os campi, culturalmente, ao longo da história do IFSP). Mudanças periódicas de Sistemas integrados de gestão (SIGA, SUAP, agora SIADS). Falta de treinamento e uniformidade de rotinas e procedimentos entre os campi. Falta de especificidade nos treinamentos de gestão de patrimônio e almoxarifado quando aplicados em escolas públicas.

*Voz Sindical.* Vocês se identificam com o trabalho que fazem?

*Gustavo e Luiz Felipe.* Em termos de perfil de servidores que se adequam às funções da CAP, sim, há uma identificação com as atividades do setor, desde que não sejam incorporados à missão da CAP os "quebra-galhos" citados na pergunta anterior, como se tivéssemos a obrigação de realizar atividades que são preteridas por outros setores ou servidores.

*Voz Sindical.* Os profissionais da área de almoxarifado e controle de patrimônio encontram-se sujeitos a uma série de riscos no trabalho: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes gerais. Existe algum mapa de risco elaborado pela instituição com a finalidade de minimizar os riscos no exercício da função?

*Gustavo e Luiz Felipe.* Não.

*Voz Sindical.* Como veem o papel da instituição no apoio à CAP?

*Gustavo e Luiz Felipe.* A instituição como um todo vem tendo, majoritariamente, o papel de solicitar e requerer mais demandas às CAP em detrimento da função de promover soluções e condições ideais de trabalho ao setor.

*Voz Sindical.* Como veem a situação dos TAE na instituição?

*Gustavo e Luiz Felipe.* Alheios às demandas das CAPs.

*Voz Sindical.* Como veem o papel do sindicato no IFSP?

*Gustavo e Luiz Felipe.* Como uma última tentativa de sermos ouvidos.

Entrevista realizada em 12 de junho de 2023.

# *DESAFIOS À LUTA DOS TAES NO IFSP: OS CAMINHOS CONTRA A PRECARIZAÇÃO A PARTIR DO ENFRENTAMENTO POLÍTICO AO ULTRALIBERALISMO EDUCACIONAL.*

---



Os técnicos-administrativos em educação (TAEs) são trabalhadores de diversas formações, organizados institucionalmente em uma única carreira do executivo federal, carreira está regida pela Lei nº 11.091/2005 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos-Administrativos em Educação, o PCCTAE. A regulamentação da carreira dos TAEs é fruto de uma luta histórica, travada por servidores da Rede Federal de Ensino, em defesa da organização da pluralidade de profissionais das mais distintas áreas em uma única carreira, com a compreensão de que a natureza do trabalho desses profissionais exige condições, relações de trabalho, bem como uma trajetória de evolução na carreira e formação continuada voltadas ao desenvolvimento de saberes e perfis profissionais típicos do trabalho desenvolvido no ambiente educacional. O PCCTAE regulamenta e orienta a carreira dos TAEs norteado por princípios e diretrizes elencados aqui, dentre outros: I) natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II) dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; III) reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; e IV) desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais.

Na contramão de toda a história de luta que resultou o PCCTAE, a conjuntura educacional brasileira nas últimas décadas vem sendo orientada pelo gerencialismo neoliberal o que, na prática, traz às condições de trabalhos, às normativas e às relações institucionais uma série de dispositivos que precarizam, intensificam e impõe controles exacerbados ao cotidiano de trabalho dos TAEs. Numa tendência de tratar o trabalho educacional como uma mera atividade técnica e burocrática, descolada dos objetivos institucionais, estamos vendo paulatinamente a desvalorização de nosso trabalho como uma atividade educacional de relevância para o cumprimento do papel social de nossa escola, ocasionando, além da alienação e precarização de nosso trabalho, a ideia de que nossa capacitação e desenvolvimento de nada servem ao processo educacional do estudante e à atuação do Instituto Federal na comunidade. Portanto, a luta dos TAEs contra a precarização, a terceirização e o esvaziamento de nossa carreira não podem estar descolados do debate político acerca dos objetivos institucionais e da relevância do papel dos TAEs na garantia do direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada para a classe trabalhadora brasileira.

Esse trabalho em que o conjunto dos servidores organizados no Sinasefe vem se debruçando, a partir da posse de Lula, de recomposição das perdas salariais e da reestruturação da carreira dos TAEs, vai muito além de cálculos de defasagens e posicionamentos de cargos em tabelas de Excel. Envolve o compromisso com a história de lutas de uma categoria pela conquista do reconhecimento do trabalho educacional como algo orientado por princípios e diretrizes próprias e que exige continuamente formação e condições de trabalhos específicas. Apenas conseguiremos barrar os anseios neoliberais que lançam seus tentáculos sobre a educação pública no Brasil, avançando a pauta da privatização das instituições, da precarização da educação oferecida para a classe trabalhadora e da

terceirização irrestrita, precariza sem garantia de direitos aos trabalhadores, fazendo o enfrentamento político em defesa da educação orientada para a superação da exploração capital/trabalho e à emancipação do cidadão. A unidade da categoria na resistência contra os moldes burocráticos e gerencialista de gestão e na luta por um trabalho educacional estruturado, politizado e democrático dentro de cada unidade do IFSP mostra-se indispensável para a conquista dos avanços que ansiamos. Para acompanhar as lutas do sindicato pela reestruturação das carreiras TAE e EBTT e a campanha de reajuste salarial, siga as redes do Sinasefe Nacional e do Sinasefe-SP!

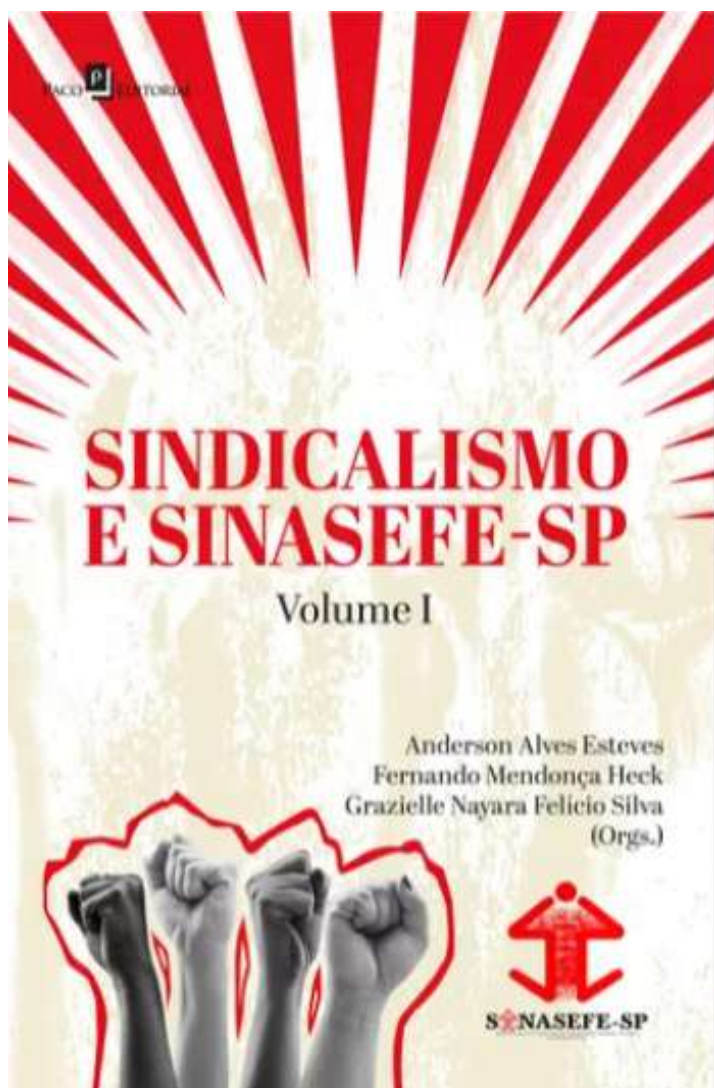
Instagram: @sinasefe / @sinasefesp  
Site: sinasefe.org.br / sinasefesp.org.br

Maíra F. Martins é Mestre em Educação pela Unifesp, Coordenadora Estadual do Sinasefe-SP e Diretora de Política para as Mulheres no Sinasefe Nacional.

“

estamos vendo paulatinamente a desvalorização de nosso trabalho como uma atividade educacional de relevância para o cumprimento do papel social de nossa escola, ocasionando, além da alienação e precarização de nosso trabalho, a ideia de que nossa capacitação e desenvolvimento de nada servem ao processo educacional do estudante

# LUTAS SINDICAIS: UMA RESENHA DE SINDICALISMO E SINASEFE-SP



Este espaço é dedicado aos temas que contribuem para a formação sindical e política de nossa categoria. No texto a seguir, Lenice M. Figueiredo faz uma análise de um dos capítulos do livro recém-lançado pelo Sinasefe-SP, *Sindicalismo e Sinasefe-SP - Volume I* (Paco Editorial, 2023). A resenha faz um importante apanhado de aspectos da nossa história que nos servem como reflexão sobre nossa ação no presente.





A Voz Sindical contará nas próximas edições com resenhas dos capítulos do livro organizado pelo SINASEFE-SP, intitulado *Sindicalismo e Sinasefe-SP Volume 1* (Paco Editorial, 2023). Esta coordenação de base tem o intuito de trazer aos servidores do campus um trabalho de formação sindical para o fortalecimento dos laços institucionais e de solidariedade por meio de nossas lutas, as quais devem ser coletivas, de abrangência interna e externa. Faça nessa primeira apresentação um compilado do Capítulo I escrito pelo professor e militante sindical Dr. Michelangelo Torres, do IFRJ, que discorre neste capítulo sobre a história das lutas sindicais do Sinasefe e um pouco de sua trajetória. Este capítulo tem como objetivo estabelecer um breve panorama das lutas sindicais no âmbito educacional da esfera pública, identificando os “contra e a favor” do que lutamos. Neste capítulo foi apresentada a atuação associativa do trabalho na educação representado pelo Sinasefe, sindicato que completa 34 anos de existência com 26 mil servidores filiados e 90 seções sindicais

ligadas ao sindicato nacional. Isso representa 32% de servidores da categoria, uma média acima da taxa de sindicalização nacional. Hoje os IF's, desde sua criação há 113 anos, contam com 653 unidades e mais de 1 milhão de estudantes matriculados. Esses são dados atualizados em fevereiro de 2022, em pesquisa feita pelo autor com base no DIEESE. Retomando a história, o autor ressalta que o período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado pela desestruturação dos sindicatos, prisões, perseguições e intervenções, o que transformou os sindicatos em órgãos assistenciais. Houve intervenções em 425 sindicatos trabalhistas, os quais passaram a ser vistos como meros prestadores de serviços aos usuários. Na educação, eles surgiram como Associações de Professores, com o advento do chamado “Novo sindicalismo”. Mesmo na clandestinidade as antigas escolas técnicas e agrotécnicas foram responsáveis por criar os primeiros embriões sindicais, que se estendeu até o final da década de 1970. Foi a partir de 1978 na histórica greve do ABC Paulista, iniciada na montadora SCANIA, que houve a retomada do movimento sindical. Mesmo com forte repressão policial, trabalhadoras e trabalhadores fizeram piquetes nas portas das fábricas e paralisações, assim



“  
sindicatos  
trabalhistas, os  
quais  
passaram a ser  
vistos como  
meros  
prestadores de  
serviços aos  
usuários



quebrando o ciclo de medo e se espalhando por todo o estado de São Paulo e, posteriormente, por todo o país. Tenho tudo isso bem vivo na memória, mesmo eu tendo apenas 7 anos naquele ano. Meu pai era metalúrgico, trabalhador justamente da SCANIA, e me lembro de seu medo de ir trabalhar escondido, embaixo do banco do ônibus que a empresa fornecia para buscar os funcionários, e ser repreendidos por seus colegas, por ser um “fura greve”. Mas hoje entendo suas razões. Morávamos em São Caetano do Sul, éramos vizinhos de Jair Antônio Meneguelli, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (1980) e também fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT - 1983), instituições da classe trabalhadora que são fruto das ações grevistas do ABC e lutas contra a ditadura. Tinha sempre muitas movimentações perto de casa e, sem querer, estávamos no meio do furacão. Acho que minha consciência sindicalista e socialista nasceram aí. Já admirava desde então a figura pública e entusiasta de Lula. Voltando a falar do capítulo em questão, foi nessa fase de lutas e de reestruturação dos sindicatos que surgiu o Sinasefe (1987).

O sistema educacional profissional e tecnológico passou por seis fases evolutivas: 1ª – Alterações na LDB 4024/61, readaptação da Lei 5692/71 e criação dos CEFETS em 1978; 2ª – com a nova constituição de 1988 firmou-se a regime estatutário aos servidores federais; 3ª – de 1996 a 2003 a conversão de Cefets em IF’s; 4ª – de 2003 a 2008 marcada por intenso processo de mobilização na rede, na luta por reposições salariais e pela reestruturação dos cursos técnicos e de nível médio; 5ª – de 2008 a 2014 marcada pela criação dos IF’s, da Lei 11.892/08 e a expansão da rede, que cresceu 300% e consolidou-se a concepção do tripé ensino, pesquisa e extensão; 6ª – e, por último, desde 2015 a rede vem passando por intenso processo de dismantelamento e ofensiva autoritária e reacionária, com fortes traços anti-sindicalistas e contra o servidor público federal, especialmente a partir do golpe contra o governo Dilma (2016). Diante disso, Torres deixa a seguinte pergunta: ainda há espaço para os sindicatos da educação? Ao longo de três décadas o Sinasefe já teve vínculos com a CUT e CSP-Conlutas, mas atualmente não está vinculado a nenhuma central sindical.

“

*me lembro de seu medo de ir trabalhar escondido, embaixo do banco do ônibus que a empresa fornecia para buscar os funcionários, e ser repreendidos por seus colegas, por ser um “fura greve”.*

Um dos modos de se analisar o histórico de lutas de um sindicato são suas greves e negociações coletivas. Para auxiliar fiz uma tabela para acompanharmos o contexto dessas lutas descritas por Torres neste capítulo.

Ordem	ANO	QTD (DIAS)	ENTIDADES ENVOLVIDAS (OBSERVAÇÕES)	LUTAS E CONQUISTAS
1	1980	26	19 Universidades 7 Escolas <i>(1ª Greve do Serviço Público)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de carreira do magistério;</li> <li>82,5% reajuste para professores</li> </ul>
2	1981	20	Não Informado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reposição salarial;</li> <li>Recoo em transformar Universidades em Fundações</li> </ul>
3	1982	32	Docentes e TAES	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não cobrança de mensalidades nas Universidades Federais</li> </ul>
4	1984	84	19 Universidades 8 escolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Houve corte de ponto;</li> <li>Duras punições;</li> </ul>

			<i>(Última da era Militar)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>20% de reposição salarial em função da luta</li> </ul>
5	1985	45	Não Informado <i>(1ª do Governo Sarney)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>75% reajuste;</li> <li>Novo plano de cargos e salários</li> </ul>
6	1987	44	45 Instituições de ensino (ANDES) <i>(Fundação do SINASEFE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação da Lei 7.596/87 ;</li> <li>Tabela Salarial</li> </ul>
7	1989	66	Docentes, TAES e estudantes de 42 IF's <i>(1ª greve do SINASEFE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reposição de 30%</li> <li>Mais verba para os IF's;</li> <li>Alteração Plano de Carreira</li> <li>Contratação de mais servidores;</li> <li>Direito a Aposentadoria Especial</li> </ul>
8	1991	107	Não Informado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão dos servidores do IF's no quadro do SPF;</li> <li>Reajuste salarial 20%;</li> <li>Aumento da gratificação por titulação</li> </ul>
9	1993	31	Não Informado <i>(1ª greve unificada dos Servidores Públicos Federais)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anistias das punições das greves anteriores;</li> <li>Reajuste salarial de 85%;</li> <li>Reajustes quadrimestrais</li> <li>Antecipações bimestrais</li> </ul>

10	1994	50	23 seções sindicais do SINASEFE	<ul style="list-style-type: none"> <li>· O STJ consagrou o direito à greve no serviço público</li> </ul>
11	1995	23	15 mil servidores dos IF's	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Impediram a privatização dos IF's</li> </ul>
12	1996	55	Não Informado <i>(não houve ganho econômico)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Autonomias dos IF's;</li> <li>· Mais verba para a Educação</li> </ul>
13	1998	104	Não Informado <i>(houve greve de fome de 14 servidores)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Um modesto reajuste salarial para os TAES</li> </ul>
14	2000	87	31 IF's	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Consagrou-se a autonomia nas universidades;</li> <li>· Alterações no LDO;</li> <li>· Barraram a PL neoliberal no congresso</li> </ul>
15	2001	109	31 IF's	<ul style="list-style-type: none"> <li>· 2 mil vagas de concurso;</li> <li>· Manutenção do RJU</li> <li>· 12% reajuste para Docentes;</li> <li>· 3,5% reajuste linear para todos os SPFs</li> </ul>
16	2003	Não Informado	33 seções sindicais do SINASEFE 35 IF's e SPFs	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Luta contra a Reforma da Previdência;</li> <li>· Preservação da aposentadoria integral para os SPFs</li> </ul>
17	2004	Não Informado	ANDES, FASUBRA, SINASEFE <i>(não houve greves, somente rodadas de negociações)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Decretação da Lei 11.901;</li> <li>· Criação da tabela PCCTAE;</li> <li>· Criação GID para docentes</li> </ul>
18	2005	91	40 IF's, 35 seções do ANDES, 41 da FASUBRA e 37 do SINASEFE	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reajuste salarial retroativo de 1987;</li> <li>· Aprovação da PUCRCE;</li> <li>· 12% reajuste para docentes;</li> <li>· Criação Classe Especial;</li> <li>· Elevação do STEP;</li> <li>· Criação de GTs</li> </ul>
19	2006	48	46 seções do SINASEFE	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reajuste 12% para docentes;</li> <li>· Reformulação da tabela PCCTAE;</li> <li>· Auxílio Saúde e Transporte;</li> <li>· Implementação dos IQs</li> </ul>

20	2011	88	63 seções sindicais ANDES e FASUBRA, IF's de 21 estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Jornada de 30h para TAES;</li> <li>· Direito a TAES ocuparem cargo de Reitor, Pró-reitora e Direção Geral;</li> <li>· Concessão da DE</li> </ul>
21	2012	89	71 seções sindicais, 296 campis <i>(20ª greve dos SPFs e 14ª do SINASEFE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Racionalização da tabela PCCTAE;</li> <li>· Implementação do RSC para docentes</li> </ul>
22	2014	81	37 seções sindicais,  163 campis  FASUBRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· A greve foi encerrada por judicialização sem conseguir novas conquistas</li> </ul>
23	2015	125	51 seções sindicais SINASEFE, ANDES e FASUBRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· A greve foi encerrada sem acordos <i>(Ano do Impeachment da Dilma)</i></li> </ul>
24	2016	37	30 seções sindicais SINASEFE, ANDES e FASUBRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ocupações estudantis <i>(Ocupa tudo)</i></li> <li>· 70 universidades e 1000 escolas em todo o país;</li> <li>· Derrota com a PEC 95 <i>(Teto de gastos)</i></li> </ul>
25	2017	48	48 sindicatos da FASUBRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Derrota na aprovação da Reforma do Novo Ensino Médio</li> </ul>
26	2019 2020 2021	Não informa do	SINASEFE	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas;</li> <li>· Luta pela Defesa da Vida <i>(contra o retorno presencial em plena pandemia)</i></li> </ul>
27	2022	Não informa do	SINASEFE	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Lutas contra a Reforma Administrativa;</li> <li>· Fora Bolsonaro;</li> <li>· Contra projetos de privatizações;</li> <li>· Contra o projeto Escola sem Partido;</li> <li>· Contra o projeto Escola Cívico-Militar;</li> <li>· Contra a implementação do Novo Ensino Médio</li> </ul>

Por meio dos dados dessa tabela temos uma ideia da trajetória do Sinasefe e das pautas apresentadas na sua luta em diversos períodos da nossa história. Passamos por período de ditadura, dias de glórias, dois impeachments, período inflacionário e, por fim, um período tenebroso, iniciado em 2015 com os ataques à classe trabalhadora lançados por um governo neoliberal e outro de extrema direita. Ainda assim, com o auxílio dos dados percebemos que nunca deixamos de lutar em nossa história e que a união das entidades envolvidas foi fundamental para todas as conquistas por direitos, pela valorização da categoria ou por aumentos salariais. Houve, sim, um enfraquecimento em nossa mobilização como desdobramento dos efeitos da pandemia (2020-2021), em que a área educacional foi uma das mais afetadas pelo isolamento social. No entanto, temos agora a partir de 2023, um cenário mais favorável a novas negociações e mobilizações pela recuperação e ampliação de nossos direitos. Conseguimos, num primeiro momento, um reajuste de 200 reais no vale alimentação e 9% de reposição salarial. É pouco, mas sabemos o quanto é difícil este recomeço. Precisamos restabelecer a mobilização coletiva de classe, processo que perpassa por 4 fases de consciência. Torres descreve essas 4 fases com os ensinamentos de Gramsci (1989). São elas: I – Quando os trabalhadores percebem a necessidade de atuação coletiva; II – Quando a categoria se identifica a partir de interesses comuns; III – Quando os trabalhadores se tornam uma classe e não mais uma categoria; IV – Por fim, quando passam a formular um projeto político para toda a sociedade.

Nos momentos em que o Sinasefe esteve mais mobilizado (e não fragmentado), mais conquistas os servidores da Rede Federal obtiveram. O desafio será o de impulsionar novamente a vanguarda de lutas e seu projeto classista. Os sindicatos devem ser os protagonistas na construção de pontes para a realização desse projeto. Mas para tanto, requerer-se-á a mais ampla unidade e disposição de luta de nossa classe. Filie-se!

\* Os dados da tabela foram extraídos dos escritos do autor. Todas as referências bibliográficas usadas pelo autor estão na página 37 e 38 do livro. .

\* Lenice Massarin Figueiredo – Coordenadora de base do Sinasefe-SP, campus SJC.

“

*a área educacional foi uma das mais afetadas pelo isolamento social*

# MEMÓRIA SINDICATO

---



Este espaço é dedicado à memória das trabalhadoras e trabalhadores de nossa categoria que tanto contribuíram para o nosso movimento e a nossa instituição. O texto a seguir é sobre Rui Araújo da Silva, que ultimamente trabalhava na biblioteca do IFSP-Cubatão e que era um verdadeiro “acervo” vivo do nosso Instituto, elo entre a Escola Técnica e o Instituto Federal.

A primeira extensão de nossa rede ocorreu em 1987 com a fundação da Escola Técnica de Cubatão, a primeira unidade do país fora de uma capital, resultado da pressão da classe trabalhadora pela descentralização da formação profissional de qualidade. E, para o funcionamento desta nova unidade, foi destacado de São Paulo para Cubatão o servidor Rui Araújo da Silva, sendo então o único (!!!) servidor técnico-administrativo da escola. Ainda na década de 80 a escola parou de funcionar por falta dos mais diversos recursos. Foi quando estourou uma greve dos três segmentos, o que garantiu verbas e concursos para a manutenção desta escola, sendo o Rui o principal observador-participante disto e de todas as mudanças ocorridas: a mudança de Escola Técnica para CEFET, a criação da unidade de Sertãozinho e todas as outras, a transformação dos CEFETs em Institutos Federais, as metamorfoses dos planos de carreira... Porém isto foi-me história contada, e não sei se tenho legitimidade para relatar o que não vivi: trabalhei no IFSP durante três anos e quatro meses como servidor técnico-administrativo, quando me joguei no movimento sindical indo à greve de 2011 (quando fiz parte do comando de greve nacional), greve de 2012, 1º CONPASI, direção executiva da seção sindical de São Paulo em 2013, quando me exonerei em janeiro de 2014 para me tornar docente em outra rede; anos mais tarde, em 2019, voltei como professor substituto de Geografia, trabalhando mais 10 meses até o início da pandemia. Uma trajetória que, embora bastante intensa, é ridiculamente modesta ao ser comparada com a de diversos camaradas.

O que me sinto confortável por dizer é que entrei no IFSP-Cubatão em setembro de 2010 totalmente inseguro, e minha assinatura de posse como Assistente em Administração foi testemunhada pelo Rui: “Você vai gostar, seja bem vindo!”.

Fui lotado na Coordenação de Documentação e Arquivo, o protocolo, onde chegavam diversas correspondências de inúmeros remetentes e destinatários, o que era uma tarefa difícil para um novo servidor como eu. Acabei aprendendo que ao desconhecer um destinatário eu perguntaria para minha chefe, se ela não soubesse eu perguntaria na inspetoria, e por sua vez se ninguém soubesse eu perguntaria para o Rui: se o Rui não soubesse ninguém mais saberia! Eram comuns falas dele como “Essa pessoa trabalhou aqui do ano tal até o ano tal, depois foi transferida para a cidade tal, o filho fez o curso de eletrônica aqui na segunda turma e o número de prontuário dele eu lembro até hoje...”. Não à toa, sua história oral ajudou não só minha atuação como servidor e militante sindical, mas também pelo menos duas dissertações de mestrado em Políticas Sociais escritas por colegas servidoras. Ser unanimidade em um campus já é quase impossível, mas ele conseguia ter o respeito de toda uma rede, do trabalhador terceirizado mais humilde às todas vossas magnificências pelas quais nossas instituições passam. Louvar a memória de Rui Araújo da Silva não é, portanto, qualquer atitude personalista, mas – sobretudo em tempos de demonização do funcionalismo público – o reconhecimento da perda de um imprescindível para a história social da Rede Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Memória esta que, se a história não contar, será uma história mentirosa.

Felipe de Oliveira Queiroz é ex-servidor do IFSP-Campus Cubatão. Atualmente cursa o doutorado em Serviço Social pela PUC-SP e é militante da corrente sindical Unidade Classista (UC), permanecendo como aliado incondicional do SINASEFE.

“

*Ser unanimidade em um campus já é quase impossível, mas ele conseguia ter o respeito de toda uma rede,*